

RECENSÃO

Timor-Leste: o fim de um ciclo

Paulo Gorjão

Doutorando na Universidade Católica de Lovaina. Bolseiro do Praxis xxi
e-mail: paulo.gorjao@yahoo.com

Paul Hainsworth e Stephen McCloskey (eds.), The East Timor Question: The Struggle for Independence from Indonésia: London, I. B. Tauris, 2000
John G. Taylor, East Timor: The Price of Freedom: London, Zed Books, 1999
Damien Kingsbury (ed.), Guns and Ballot Boxes: East Timor's Vote for Independence: Clayton, Monash Asia Institute, 2000

Se durante muitos anos, a nível internacional, os artigos e os livros publicados sobre Timor-Leste foram em número diminuto (proporcionalmente) nos últimos meses esta situação tem vindo a ser rapidamente alterada. Por motivos de espaço, não abordarei aqui os inúmeros artigos académicos publicados, tendo optado por concentrar a minha atenção em alguns livros que, por diversas razões, merecem algumas palavras.

The East Timor Question é, antes de mais, um relato da questão timorense feito por activistas e académicos, que ao longo dos anos se têm vindo a empenhar profundamente nesta causa. Nos catorze capítulos que constituem o livro transparece a constante crítica à forma como durante muitos anos vários países e sucessivos governos trataram esta matéria. O desagrado revelado pela forma como a Austrália (Jim Aubrey, capítulo 10), os Estados Unidos (Charles Schneiner, capítulo 9) e a Grã-Bretanha (Paul Hainsworth, capítulo 8) conduziram as suas políticas externas relativamente a Timor-Leste é uma crítica que, com o passar dos anos, não deixou de permanecer no centro das preocupações dos autores. Em causa está um problema de fundo e, aliás, um dilema de difícil solução. Qual deve ser a correcta hierarquização de prioridades em termos de política externa? De um lado estão aqueles que entendem ser os direitos humanos e a autodeterminação dos povos valores quase absolutos (os autores deste livro, mas não só), enquanto que, do outro lado, se encontram aqueles que acentuam a natureza relativa das prioridades a assegurar pelos decisores políticos, sempre condicionados pelas circunstâncias políticas e económicas. Levanta-se aqui um problema de legitimidade em termos de opções políticas que fica por solucionar. Em momento algum, as críticas feitas às políticas externas australiana, britânica e norte-americana são suficientemente convincentes ao ponto de o leitor poder concluir que, de facto, a sua lógica não tem o menor sentido. Isto porque a avaliação feita às políticas externas mencionadas é exclusivamente centrada na sua performance em termos de promoção dos direitos humanos. Todavia, enquadrando-as num contexto mais global, eventualmente compreende-se e justificam-se as sucessivas

decisões tomadas pelos governos dos três países. Na balança dos Estados, Indonésia e Timor-Leste tinham pesos relativos muito diferentes.

Contudo, as opções de política externa são apenas uma das formas de abordar a questão de Timor. Uma outra vertente é o papel desempenhado pelos meios de comunicação, que aqui merece também atenção especial. Hugh O'Shaughnessy (capítulo 3) analisa o impacto dos media no Ocidente, enquanto que Estêvão Cabral (capítulo 6) se debruça sobre a propaganda indonésia. O'Shaughnessy procura enquadrar o impacto dos media na consciencialização da opinião pública mundial, nomeadamente graças à crescente utilização de novas tecnologias como a Internet, enquanto que Cabral faz uma análise semiótica da narrativa oficial indonésia. Seria interessante também proceder a uma análise da propaganda anti-Indonésia, que obviamente não se enquadra no âmbito deste livro.

Uma outra forma de olhar para a questão de Timor-Leste é através de testemunhos pessoais. Peter Carey (capítulo 2) relata-nos o clima de opressão que encontrou no território, Maureen Tolfree (capítulo 4) a sua experiência como alguém que perdeu um familiar no conflito (um dos jornalistas mortos em Balibó) e Andrea Needham, Jen Parker e Jo Wilson (capítulo 7) relatam os riscos que correram com a sua oposição à venda de armamento britânico para a Indonésia.

Pedro Pinto Leite (capítulo 12) e Adrian Guelke (capítulo 13) optam por um exercício de política comparada. O primeiro compara a questão de Timor-Leste com o Sahara Ocidental e o segundo procura na transição para a democracia na África do Sul lições para o território. Em particular, Guelke realça as questões de justiça e reconciliação que ainda permanecem por resolver. O autor vê na Comissão para a Verdade e Reconciliação presidida por Desmond Tutu, na África do Sul, um modelo possível de utilizar em Timor-Leste. Segundo os mecanismos de funcionamento desta comissão, a troca de confessar a verdade e revelar as atrocidades cometidas no passado um indivíduo obtém uma amnistia. Esta forma de gerir processos de transição, seja após uma guerra civil ou uma mudança de regime, procura realizar justiça e criar as condições necessárias à reconciliação, ao mesmo tempo que tenta eliminar os potenciais focos de conflitualidade social. Não é por acaso que este modelo está igualmente a ser discutido como uma das hipóteses a aplicar na Indonésia. No entanto, se na Indonésia parece ser possível aplicar o modelo sul-africano quase integralmente, em Timor-Leste será porventura desaconselhável¹. Dificilmente os líderes das milícias, no contexto actual de Timor-Leste, parecem poder vir a beneficiar de semelhante oportunidade.

Esta é, porventura, uma das questões com maior relevância que se encontram omissas neste livro. Nenhum dos capítulos aborda as acções das milícias em Timor-Leste com maior pormenor. Este é, aliás, um dos maiores desafios (senão o maior) que se colocam ao futuro Estado independente de Timor Lorosae. A incapacidade, ou a falta de vontade política, por parte da Indonésia leva a que muito possivelmente os problemas das milícias e dos refugiados, por ela alegadamente controlados, permaneçam na agenda política em 2001.

Uma outra matéria que deveria merecer alguma atenção é o papel desempenhado por Portugal na questão de Timor-Leste entre 1974 e 1999. Afinal, para o bem e para o mal, a política externa portuguesa foi decisiva. Por outro lado, a política externa australiana deveria igualmente receber uma análise mais detalhada. Não apenas devido à publicação

recente dos documentos oficiais relativos ao período entre 1974 e 1976², mas também em função da radical mudança de orientação de Camberra.

As chamadas de atenção feitas anteriormente são extensivas a todos os livros discutidos neste artigo, embora os âmbitos de análise variem profundamente. Sendo o livro de John G. Taylor, *East Timor: The Price of Freedom*, porventura, o mais ambicioso em termos académicos, ele constitui também uma enorme decepção. Por diversas razões. Depois de ter publicado em 1991 *Indonesia's Forgotten War: The Hidden History of East Timor*, Taylor publica agora exactamente o mesmo livro, embora com um título diferente e com apenas mais um capítulo. Acresce que este foi publicado na íntegra pela *Política Internacional* num anterior número³. Taylor basicamente salta toda a década de 90 e retoma a sua análise durante a transição para a democracia na Indonésia. Ao longo deste capítulo, o autor foca especialmente o período que vai de Janeiro de 1999, quando Habibie propõe um estatuto de autonomia alargada para o território, a Setembro de 1999, momento em que a Indonésia aceita o envio para Timor-Leste de uma força internacional ao serviço das Nações Unidas liderada pela Austrália (interfet). Pela sua natureza e pelas questões que coloca, este período mereceria um tratamento mais aprofundado. Não tendo sido essa a opção, pode dizer-se que se trata de uma versão muito resumida de um período de enorme complexidade e mudança.

Guns and Ballot Boxes circunscreve, precisamente, o seu tema de análise ao longo de todo o livro a esse período. Não é, todavia, uma análise exclusivamente académica. Bem pelo contrário. Mais uma vez estamos perante autores que simpatizam com a causa de Timor. Damien Kingsbury, o editor, pretende dar a conhecer as experiências pessoais de quem foi testemunha in loco dos factos. Dessa forma, mais do que uma suposta análise racional e equilibrada, atenta a todas as condicionantes e vertentes, procura-se transmitir um testemunho pessoal relativo ao que se assistiu. Assim, por diversas vezes se deixa transparecer um certo desencanto com todo o processo e com algumas pessoas em particular.

Kingsbury acusa Wiranto de ter tido um papel activo nos acontecimentos de Timor (p. 70) e Zacky Anwar Makarim é apontado como o responsável pela constituição das milícias na sua actual forma (pp. 70-71). Taylor também nomeia como intervenientes directos Zacky Anwar Makarim, Tyasno Sudarso, Adam Damiri, Tri Sutrisno, Yunus Yosfiah e Benny Murdani (pp. xix-xx). O autor realça o preço que mais uma vez os timorenses tiveram de pagar em vidas humanas, com vista a poderem exercer o direito à autodeterminação. Esta é, aliás, a questão de fundo que atravessa todos estes livros. Poderia ter sido possível evitar o desfecho que se esperava?

De Maio de 1998 a Outubro de 1999

Para responder a esta questão temos de recuar até 21 de Maio de 1998, altura em que B. J. Habibie toma posse como Presidente da Indonésia. Após cerca de vinte e cinco anos de total bloqueamento da questão, e um mês depois de tomar posse, Habibie dá um primeiro sinal no sentido de uma possível alteração na orientação da política indonésia em relação a Timor-Leste. A 9 de Junho de 1998, propõe um estatuto de autonomia especial para o território. Neste primeiro sinal de abertura, Habibie deixa de fora os dois assuntos tabu, o referendo e a independência. Este plano foi inicialmente apresentado como a última proposta até onde o sucessor imediato de Suharto poderia ir; todavia, veio a verificar-se ser apenas um primeiro passo no degelo da intransigência indonésia.

Seria interessante saber os motivos pelos quais Habibie propôs o estatuto de autonomia especial. Taylor sugere que a determinação de Habibie em se distinguir de Suharto e em adquirir prestígio internacional terão desempenhado um papel importante. Habibie nunca tivera qualquer envolvimento pessoal na questão timorense, pelo que uma mudança de política nessa matéria, ainda que cosmética, permitir-lhe-ia obter apoios internacionais que seriam importantes nas eleições presidenciais de Outubro de 1999 (p. xvii). Porém, confrontado com a liminar rejeição da sua sugestão nos termos em que a colocou, durante Junho e Agosto de 1998, Habibie foi reformulando o seu conteúdo até se chegar a um plano de ampla autonomia. Ali Alatas apresentou essa mesma proposta, na primeira ronda de negociações com Portugal após a queda de Suharto, em 4 e 5 de Agosto de 1998. Portugal aceitou aprofundar essa sugestão sem esquecer a auto-determinação; e a Indonésia aceitou debater a autonomia sem renegar a sua soberania sobre Timor.

A principal razão pela qual Portugal aceitou negociar esta proposta foi a clara consciência da «janela de oportunidade» que o regime de Habibie poderia estar a abrir. A Portugal interessava desbloquear a questão e jogar com a fraqueza do governo interino de Habibie. É preciso recordar que em Agosto de 1998 e, mais tarde, em Maio de 1999, não era ainda claro o perfil do futuro presidente da Indonésia. Os potenciais sucessores de Habibie, Abdurrahman Wahid, Amien Rais e Megawati Sukarnoputri, não davam garantias de manter a proposta de resolução da questão de Timor-Leste caso fossem eleitos. Habibie, por seu lado, como anteriormente se mencionou, queria a todo o custo aumentar as suas probabilidades de eleição. Assim, encontrava-se em desvantagem face a Portugal em termos negociais. Deste modo, e dentro de certos limites, Habibie estava mais pressionado a ceder de modo a que Portugal aceitasse a sua proposta. Não é claro se Habibie pensou alguma vez conseguir impor a autonomia alargada como solução definitiva. Todavia, esta proposta tinha na sua perspectiva duas vantagens. Em primeiro lugar, permitia desbloquear as negociações. Depois retirava da agenda internacional uma questão que sabia ter de passar por uma solução política e não militar. Habibie procurava obter o melhor de dois mundos. Resolver a questão problemática de Timor-Leste e, por outro lado, beneficiar politicamente dessa mesma resolução. Por certo a sua popularidade não deixaria de beneficiar com tal sucesso. Porém, existia o constrangimento do calendário eleitoral que tornava urgente a solução do estatuto final de Timor.

E se Habibie tinha algumas ilusões relativamente à possibilidade de impor o estatuto de ampla autonomia como solução definitiva, em Dezembro de 1998, a Austrália veio introduzir mais um dado na questão. Provavelmente receando ficar na situação desvantajosa de reconhecer Timor-Leste como a vigésima sétima província da Indonésia, situação que os próprios indonésios poderiam deixar de reconhecer, o primeiro-ministro australiano decide escrever a Habibie sugerindo a realização de um referendo genuíno em Timor. Não é ainda claro o impacto desta mudança de política externa no desfecho da questão. Por um lado poderá ter sido importante visto a Austrália ser um dos principais países que reconheceu a anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia. A perda de um dos poucos aliados importantes nesta matéria poderá ter ajudado a desequilibrar a relação de forças interna a favor daqueles que defendiam o referendo. Adam Schwarz parece acentuar a importância desta mudança visto que, semanas depois, a Indonésia sucumbiu ao inevitável⁴.

Por outro lado, e creio ser a interpretação mais plausível, a Austrália limitou-se a propor o que já estava em cima da mesa. Como se verificou anteriormente, desde Junho de 1998

que havia mudanças na posição indonésia. Desta forma, o contributo australiano terá sido reduzido⁵. A Austrália pretendia apenas evitar ficar diplomaticamente isolada e colher futuros dividendos desta mudança de posição, nomeadamente numa futura renegociação do Timor Gap.

É igualmente motivo de especulação a razão pela qual Habibie entrou em rota de colisão frontal com os militares. Quando em 27 de Janeiro de 1999 a Indonésia propunha uma consulta popular para os timorenses escolherem entre uma ampla autonomia ou uma possível independência, Habibie alienava sectores militares importantes, os quais não conseguiu fazer aderir à sua posição. Segundo Taylor, a resistência foi imediata por parte de certos sectores militares (p. xvii). Em Janeiro de 1998, passaram a existir pelo menos duas políticas externas para Timor. A oficial de Habibie e, dois dias depois da apresentação pública da proposta, uma política externa informal dirigida por Zacky Anwar Makarim e na qual as milícias desempenhavam um papel fulcral (Kingsbury, p. 71). O objectivo era neutralizar a todo o custo a proposta de Habibie.

Todavia, o aparente fracasso em influenciar Habibie teve o seu maior exemplo nos Acordos celebrados a 5 de Maio de 1999 entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas em Nova Iorque. É incontornável o desagrado com que foi recebida desde o princípio a intenção de Habibie de poder vir a aceitar a independência como uma das opções possíveis. Wiranto é o melhor exemplo (Taylor, p. xix; Kingsbury, p. 70). Por detrás deste desagrado escondem-se motivos diferentes. Eventualmente, os mais importantes terão sido considerações estratégicas relacionadas com o perigo de fragmentação da Indonésia (Kingsbury, p. 77; Taylor, p. xxxiv) ou, até, questões sentimentais relacionadas com os milhares de mortos indonésios em combate que assim teriam sido em vão.

São precisamente os Acordos de Nova Iorque uma das decisões que mais polémica suscitaram. Muitos dos críticos do processo questionam se teriam sido envidados todos os esforços para garantir que a segurança, durante o processo que levaria à consulta popular, não ficaria sob responsabilidade indonésia (artigo 3). Todavia, a questão fulcral consiste em saber se alguma vez os Acordos de Nova Iorque teriam sido possíveis se se tivesse considerado essa matéria como condição inegociável. Em função da oposição militar conhecida, partiu-se do pressuposto de que Habibie dificilmente poderia ceder nesse ponto. Provavelmente com razão. Por outro lado, e tentando evitar esta debilidade, procurou-se pressionar os militares indonésios no sentido de os obrigar a cumprir os seus compromissos. Inevitavelmente, seriam os norte-americanos (e australianos) a quem competiria exercer alguma pressão. Assim, parece ter-se optado pelo tacticamente possível em ordem a atingir o objectivo estratégico que era o referendo⁶.

É certo que qualquer uma das partes envolvidas – o Governo português (e, por seu intermédio, os timorenses pró-independência) e Habibie –, queriam que o referendo se realizasse. Mas inferir que este desejo terá levado a negociações menos rigorosas parece-me abusivo. Assinados os Acordos de Nova Iorque, procurou-se assegurar que durante o processo de consulta popular que iria decorrer (bem como após a votação) fosse possível pressionar os militares indonésios no sentido destes controlarem as milícias pró-integração. Este objectivo não foi totalmente conseguido. Se até ao dia da votação a intimidação e a violência se mantiveram circunscritas, assim que ficou clara a derrota que iriam sofrer, os militares indonésios e as milícias desencadearam uma política de terra queimada. Foi necessária a ameaça norte-americana de sanções militares e

posteriormente económicas para que os militares indonésios cedessem à pressão internacional (Taylor, p. xxxii).

Seguiram-se depois dias de insanidade colectiva aos quais Damien Kingsbury e muitos outros assistiram em Timor-Leste. Este descreve os massacres, o sentimento de impotência, de raiva e de revolta. Ainda a digerir todas estas experiências dramáticas, o autor revela ter dificuldade em conseguir manter algum distanciamento. Para a História ficará que passados os momentos difíceis novamente vividos pelos timorenses, restará o grande desígnio alcançado, o direito à autodeterminação finalmente exercido.

A resposta à pergunta colocada – valeu a pena? –, encontramos-la no passado. Julga-se que o número de mortos, ainda que os números sejam questionáveis, poderá ter sido entre oitenta mil e duzentos mil. Com mais este sacrifício os timorenses impediram que tal número continuasse a aumentar.

NOTAS

¹ Informalmente o bispo de Baucau, Dom Basílio do Nascimento, tem vindo a promover cerimónias de verdade e reconciliação em que antigos milícias publicamente confessam as suas acções e se comprometem a colaborar na reconstrução. Sobre a possibilidade de uma comissão na Indonésia, ver Paulo Gorjão, «An Indonesian Truth and Reconciliation Commission? The South African Experience», in Ingrid Wessel and Georgia Wimhöfer (eds.), *Violence in Indonesia*, Hamburg, Abera (no prelo).

² Department of Foreign Affairs and Trade, *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1796*, Melbourne, Melbourne University Press, 2000.

³ John G. Taylor, «A Indonésia e a transição para a independência em Timor-Leste», *Política Internacional*, vol. 3, n.º 20, Outono-Inverno 1999, pp. 193-225.

⁴ Adam Schwarz, *A Nation In Waiting-Indonesia's Search for Stability*, Boulder, Westview Press, 2000, p. 421.

⁵ Esta é a perspectiva de Ramos Horta. Ver «Nobel laureate attacks Keating», *Age*, April 3, 2000.

⁶ Que Portugal negociou o possível é aceite nomeadamente por Ramos Horta. Ver entrevista de Mário Robalo a Ramos Horta, *Expresso*, 25 de Setembro de 1999.